

# A crise global e o realinhamento das alianças da classe capitalista do Leste Europeu: o caso do illiberalismo húngaro

Tamás Geröcs<sup>1</sup>

Ágnes Gagyi<sup>2</sup>

Tradução | Aline Marconde Miglioli<sup>3</sup>

## Resumo

Este artigo discute o surgimento do atual regime autoritário da Hungria como resultado de um processo que se iniciou com a transformação do regime socialista de Estado e passou pelo regime pós-socialista neoliberal. Essa transformação afetou as relações entre o Estado e as classes sociais, o controle político do Estado e a configuração das relações geopolíticas da Hungria com a União Europeia, a Rússia e a China. O ensaio examina como as tensões de classe, que se formaram sob formas anteriores da política parlamentar democrática neoliberal, foram utilizadas para construir a nova hegemonia iliberal e como o regime atual suprime essas tensões para sustentar uma burguesia nacional reconstituída por meio da centralização institucional do poder político.

**Palavras-chave:** iliberalismo, autoritarismo, Hungria, Orbán, Leste Europeu.

139

---

<sup>1</sup> Economista Político, pesquisador Externo no Instituto de Economia Mundial, Centro de Estudos Econômicos e Regionais da Hungria, e membro do Grupo de Trabalho para Sociologia Pública “Helyzet”, com sede em Budapeste. Seu campo de pesquisa é o desenvolvimento dependente semiperiférico na Europa Oriental, com foco especial nas relações comerciais e na indústria automotiva. Publicações recentes “The structural dilemma of value-chain upgrading: Hungarian suppliers’ integration into the world economy” (Society and Economy, 2022), e “The Political Economy of Emerging Markets and Alternative Development Paths” coeditado com Judit Ricz (Palgrave, 2023).| [tgerocs1@binghamton.edu](mailto:tgerocs1@binghamton.edu)

<sup>2</sup> Socióloga, trabalha com política e movimentos sociais do Leste Europeu sob a perspectiva da integração global de longo prazo da região. É pesquisadora da Universidade de Gotemburgo - Suécia, onde trabalhou recentemente em conflitos habitacionais na Europa Oriental após 2008 e no desenvolvimento de infraestrutura verde baseada na comunidade. Publicações recentes “The political economy of middle class politics and the global crisis in Eastern Europe” (Palgrave, 2021) e “Contemporary housing struggles: A structural field of contention approach” com Ioana Florea e Kerstin Jacobsson.| [agnes.gagyi@gu.se](mailto:agnes.gagyi@gu.se)

<sup>3</sup> Doutora em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP (2022), graduada pela UNICAMP (2013) e mestra pela UNESP (2016). Estuda principalmente a produção da moradia, urbanismo e Cuba.| [alinemiglioli@gmail.com](mailto:alinemiglioli@gmail.com)



## Resumen

En este capítulo se analiza cómo el actual régimen autoritario de Hungría ha surgido como resultado de una transición que comenzó con una transformación del régimen en socialista de Estado y, posteriormente, neoliberal postsocialista. Esta transformación afectó a las relaciones de clase del Estado, al control político del Estado y a la reconfiguración de las relaciones geopolíticas con la Unión Europea, Rusia y China. El capítulo examina cómo se han utilizado las tensiones de clase generadas por las anteriores formas de política parlamentaria democrática neoliberal para construir la nueva hegemonía iliberal, y cómo el régimen actual suprime esas tensiones para sostener una burguesía nacional reconstituida mediante la centralización institucional del poder político.

**Palabras-clave:** iliberalismo, autoritarismo, Hungría, Orbán, Europa del Este.

## Abstract

This chapter discusses how Hungary's present authoritarian regime has emerged as a result of a transition that began with a state socialist, then post-socialist neoliberal regime transformation. This transformation affected state-class relations, political control of the state, and the reconfiguration of geopolitical relations with the European Union, Russia and China. The chapter examines how class tensions brewing under previous forms of neoliberal democratic parliamentary politics have been utilized to build the new illiberal hegemony, and how the present regime suppresses those tensions to sustain a reconstituted national bourgeoisie through the institutional centralization of political power.

**Keywords:** illiberalism, authoritarianism, Hungary, Orbán, Eastern Europe

## Introdução

No ensaio a seguir, analisaremos a formação do atual regime autoritário da Hungria durante sua integração ao capitalismo global em crise e em transformação. Em vez de nos concentrarmos apenas no retrocesso de específicas instituições democráticas durante o regime de Orbán pós-2010 ou em suas táticas ideológicas de legitimação, analisaremos as tentativas do regime de reconfigurar as relações internas e externas da classe capitalista, com vistas à integração global. Analisaremos essa recente reconfiguração como parte do processo mais longo de integração econômica global da Hungria, em curso desde a segunda metade do período do *socialismo de estado*, que, por meio de diferentes regimes políticos, transformou as relações de classe húngaras em consonância com a "longa desaceleração" (BRENNER, 2006) do ciclo capitalista global pós-guerra (ARRIGHI, 1990). Semelhantemente a abordagem de Kumral e Karatasli (2020) ou Jeffery Webber (2021), não abordaremos o caso húngaro na perspectiva de uma batalha ideológica entre democracia e autoritarismo, mas em termos de uma história sociopolítica de desenvolvimento capitalista semiperiférico, cujas



tensões típicas são exacerbadas por sua integração dependente em uma fase de crise do capitalismo global (GATES, 2018; BELLO, 2019). Ao contrário das narrativas que celebram a liberalização pós-socialista como uma vitória da democracia sobre a ditadura e depois interpretam o regime de Orbán em termos de retrocesso democrático, queremos mostrar como os regimes liberais socialistas e pós-socialistas funcionaram como formas temporariamente eficazes de suprimir as tensões sociais decorrentes da integração capitalista. Semelhante à interpretação de Nicos Poulantzas (1974) sobre o fascismo, interpretamos a virada autoritária pós-socialista da Hungria como um acúmulo pragmático de alianças entre classes, de fragmentação social e de controle social opressivo, o que permitiu ao Estado autoritário realizar uma reconfiguração da integração global em benefício de uma aliança capitalista interna e externa (de certa forma também também reorganizada).

### **Depois de 1956: Um regime socialista estatal baseado na apropriação de trabalho e em uma balança comercial frágil entre o Leste e o Oeste**

Embora a economia socialista estatal já estivesse inserida nas relações de comércio e finanças mundiais<sup>4</sup>, a reintegração direta da Hungria na economia mundial capitalista começou com a crise da década de 1970. Na década de 1960, o regime de acumulação da Hungria no pós-guerra baseava-se na "posição de ponte" que o país ocupava no comércio internacional. O "modelo de ponte" visava à especialização comercial para o intercâmbio entre o comércio internacional capitalista ocidental e o comércio socialista estatal do Comecon (GERŐCS e PINKASZ, 2018a) e também estava intimamente ligado a um novo paradigma econômico construído em torno da reconfiguração do regime socialista após a Revolução de 1956. Essa nova postura econômica incorporava concessões às classes populares com um compromisso entre as principais facções econômicas do país, que eram compostas por grupos de *lobby* agrários, industriais e de energia.

---

<sup>4</sup> Os regimes socialistas estatais implicaram formações sociais significativamente diferentes das capitalistas, porém estas não se desenvolveram fora dos limites do sistema-mundo capitalista (cf. BETTELHEIM e DOBB, 1965; FRANK, 1977; CHASE-DUNN, 1980).



A reconfiguração de forças no período pós-revolucionário foi uma característica peculiar do modelo-ponte. Os historiadores geralmente se referem ao modelo como a consolidação do regime de Kádár, referindo-se ao líder socialista da Hungria de 1957 a 1989. O seus compromissos políticos buscavam consertar as contradições internas herdadas do regime stalinista de acumulação industrial pesada, aliviando a pressão política sobre as facções opostas e prometendo melhores padrões de vida para os trabalhadores, concentrando-se mais em suas necessidades de consumo. O Degelo Húngaro, ou como a mídia ocidental o ridicularizou "Comunismo Goulash", foi um modelo específico de acumulação socialista estatal, construído em torno da orientação comercial Leste-Oeste e do compromisso político entre os principais grupos de pressão econômica, incluindo os produtores agrícolas voltados para o comércio com o Ocidente. A incorporação de grandes segmentos da população trabalhadora por meio de dispositivos ideológicos e materiais foi outra característica importante desse modelo. No entanto, a longo prazo, o modelo se mostrou muito frágil devido aos interesses complexos e contraditórios das partes interessadas. Com a deterioração das condições econômicas mundiais a partir da década de 1970, a fragilidade do modelo culminou em crises internas, tanto na esfera econômica quanto em relação ao compromisso político. A segunda metade da era Kádár foi caracterizada por ajustes constantes às mudanças nas circunstâncias econômicas para manter o frágil equilíbrio entre os principais agentes econômicos.

Uma peculiaridade do modelo de ponte foi a especialização da Hungria na importação de tecnologia do Ocidente. Isto expôs o país a parceiros internacionais que exigiam o pagamento em moeda conversível, enquanto outros membros do Comecon sustentavam modelos econômicos mais autárquicos, como a União Soviética (BAN, 2012; GERŐCS e PINKASZ, 2018a, 2018b). Embora as exportações de manufatura da Hungria também visassem o mercado do Comecon, este não foi capaz de produzir moeda suficiente para compensar os pagamentos financeiros feitos aos ocidentais. Para resolver este problema, o modelo de ponte priorizou a reexportação de petróleo bruto soviético subsidiado junto com as exportações agrícolas tradicionais, como forma mais conveniente de adquirir moeda conversível. O comércio internacional com o Sul Global também foi favorecido nos anos 60 e 70, especialmente com os países aliados na África e no Sudeste Asiático. Condições lucrativas de comércio eram um requisito crucial para o equilíbrio financeiro sobre o qual repousava o modelo de ponte, significando que a



reexportação do petróleo bruto soviético tinha que resultar em uma quantidade suficiente de moeda para cobrir os custos das importações de tecnologia ocidental. Sem esses acordos financeiros, o país teria que contar com empréstimos internacionais para pagar suas contas comerciais.

Como mencionado anteriormente, o modelo de ponte se baseou no compromisso político entre três grandes grupos de *lobby* econômico, entre os quais, os mais dominantes eram as chamadas facções industriais e agrárias (BEREND, 1996). Vale notar que este tipo de divisão estrutural da economia é característica da peculiar história da industrialização na semiperiferia global durante o início do século XX (WALLERSTEIN, 1976). As raízes desta divisão estrutural encontram-se entre os grandes exportadores agrários, como os da América Latina, e as indústrias urbanas de grande escala, que eram comumente o produto das tendências protecionistas entre guerras (CARDOSO, 1972; BOATCĂ, 2006). A oligarquia industrial, apoiada pelas organizações de trabalhadores, era geralmente favorecida pelo apoio estatal na forma de subsídios e alocação de recursos para nutrir indústrias nascentes. O protecionismo que eles desenvolveram durante a fase inicial da industrialização por substituição de importações (ISI) durante os anos 1930-1940 foi uma ferramenta política favorável. Em contraste, os setores agrícolas e extrativistas orientados para a exportação preferiram políticas comerciais liberais que visavam sustentar uma integração mais profunda à economia mundial capitalista (GEREFFI e EVANS, 1981).

No caso da maioria dos países membros do Comecon no pós-guerra, no início da década de 1950, a industrialização permaneceu influenciada pela preparação stalinista para a guerra e, como resultado, ocorreu em grande parte às custas da produção agrícola. A exploração do campesinato e a transformação de grandes propriedades em *kolkhoz* nacionalizados visavam atender às necessidades da indústria e da urbanização, tanto em termos de extração de excedentes da produção agrícola quanto da transformação forçada da classe camponesa em uma força de trabalho semiproletária (VIGVÁRI e GERŐCS, 2018). Como já mencionado, o compromisso pós-revolucionário visava apaziguar as necessidades contraditórias da agricultura e da indústria e também pacificar e reintegrar os trabalhadores após suas iniciativas revolucionárias de curta duração. O *lobby* agrário representava as necessidades das grandes fazendas estatais, da produção coletivizada agrícola e do crescente número de empreendedores informais na chamada segunda economia ou economia informal; esses grupos estavam mais interessados no comércio liberalizado com seus parceiros ocidentais



tradicionais<sup>5</sup> Os grandes conglomerados industriais não se opunham necessariamente ao comércio internacional, mas seus produtos geralmente eram comercializados apenas dentro do Comecon e no Sul Global (BIDELEUX, 1996). A facção industrial era importante não só por causa do comércio no Comecon, mas também porque era apoiada pela confederação sindical, que era responsável pela pacificação e incorporação dos trabalhadores industriais - um pilar importante do compromisso político na era Kádár.

O compromisso incorporado no "modelo de ponte" era altamente sensível, tanto em respeito as suas relações comerciais externas quanto na fragilidade do acordo entre as principais facções políticas. A balança de pagamentos e os termos de troca nos quais esse modelo se baseava foram relativamente favoráveis tanto no Comecon quanto nos mercados ocidentais ao longo da década de 1960. No entanto, o modelo acabou sendo derrubado pelos choques do preço do petróleo e pelos aumentos das taxas de juros na década de 1970. O impacto econômico dessas crises resultou no balanço comercial negativo em ambas as contas - a socialista e a não socialista -, criando uma grande lacuna na balança geral de pagamentos internacionais do país<sup>6</sup>. O resultado inevitável desse golpe econômico foi o acúmulo de dívida externa<sup>7</sup>, o que causou mudanças no equilíbrio de poder, que apontavam em direção a uma intensificação da atividade comercial orientada ao Ocidente. Essa mudança levou à liberalização econômica e a um melhor acesso aos mercados e créditos ocidentais, já que tanto os mercados quanto os créditos ocidentais se mostraram uma condição

---

<sup>5</sup> Eles enfrentaram dificuldades não apenas por causa das políticas comerciais restritivas do Comecon, mas também por causa das barreiras erguidas em torno do Mercado Agrícola Comum Europeu no final da década de 1960.

<sup>6</sup> A dívida externa líquida da Hungria era de US \$0,5 bilhão em 1971, mas rapidamente aumentou para US\$14,9 bilhões em 1989. De acordo com as estimativas de Lóránt, a Hungria conseguiu retirar US\$1,2 bilhão para suas necessidades fiscais e o restante do dinheiro foi gasto em juros e pagamentos de dívidas: os custos com taxas de juros mais altas chegaram a US\$11 bilhões, enquanto as perdas causadas por taxas de câmbio desfavoráveis custaram US\$2,2 bilhões entre 1971 e 1989 (LÓRÁNT, 2010).

<sup>7</sup> O Banco Central húngaro não reconheceu as obrigações da dívida externa do país herdadas do período entre guerras (parte da qual havia sido transferida da monarquia de Habsburgo), até que a disputa fosse resolvida com os doadores ocidentais. O acordo era necessário para as novas parcelas do FMI.



necessária para que o modelo-ponte continuasse a ser sustentável após 1979.

A transição política de 1989 suplantou o longo processo de reformas econômicas e subsequentes mudanças no equilíbrio das forças sociais e econômicas que iria minar o modelo ISI a longo prazo. O principal gatilho por trás desta mudança foi a insustentável dívida adquirida e os termos de austeridade adotados pela Hungria depois de entrar para o FMI em 1982<sup>8</sup>. As reformas econômicas dos anos 80 abriram espaço no chamado "vácuo de propriedade" (BÖRÖCZ, 1999) para que vários grupos de tecnocratas monetaristas e gerentes empresariais ganhassem relativa autonomia na coordenação do processo de privatização (GAGYI, 2015). Outros benefícios da liberalização foram compartilhados entre os empresários da economia informal (SZELÉNYI, 1988) e o crescente número de investidores estrangeiros, cujas atividades eram anteriormente reguladas pela lei de *joint ventures* em meados dos anos 70. Enquanto isso, os efeitos econômicos da austeridade foram temporariamente atenuados pela legalização da segunda economia (GALASI e KERTESI 1985), o que permitiu às famílias a compensar o declínio do seu poder aquisitivo e os cortes nos investimentos estatais através do emprego em trabalhos de segundo turno em suas pequenas empresas privadas e no trabalho reprodutivo informal (VIGVÁRI e GERŐCS 2018). Apesar do bem sucedido efeito de amortecimento da economia informal recém legalizada, o desemprego oculto e a pobreza cresceram durante as últimas décadas da era Kádár.

Essa mudança no equilíbrio de forças culminou em uma nova aliança entre gerentes de empresas estatais, membros da geração mais jovem no *politburo*, intelectuais urbanos e grupos empresariais semiformais<sup>9</sup>. Havia um grupo diversificado que compunha a elite na época da liberalização socialista estatal, composto por credores internacionais (por exemplo, tecnocratas monetaristas) e nascentes classes proprietárias. Essas facções convergiram em uma aliança da classe capitalista doméstica, apoiada por líderes sindicais

---

<sup>8</sup> A Hungria, juntamente com outros membros do Comecon e outros países do Sul Global, foi obrigada a aderir ao FMI em 1982 e a lançar um programa de austeridade neoliberal sob a supervisão de uma aliança interna de tecnocratas monetaristas, dissidentes intelectuais e "burocratas reformistas" socialistas do Estado (GAGYI, 2015; FÁBRY, 2019).

<sup>9</sup> Essa aliança de uma classe nascente de quase-proprietários no período do socialismo estatal tardio foi chamada por Böröcz (1999) de "vácuo de propriedade" antes da codificação formal da propriedade privada na década de 1990.



que temiam o crescente domínio dos investidores estrangeiros na economia<sup>10</sup> (STARK, 1996; BURAWOY e LUKÁCS, 1994; BÖRÖCZ, 1999). A bifurcação entre os dois grupos concorrentes (um voltado para o comércio exterior e o outro para a proteção dos mercados internos) aumentou durante o período de transição pós-socialista.

### **Neoliberalização pós-socialista: dominância capitalista ocidental e a marginalização do trabalho**

146

A mudança de regime ocorreu na Hungria sob um cenário de dívida externa crescente e de necessidade urgente de investimento estrangeiro direto (IED). Durante esse período, as organizações internacionais e o capital ocidental desempenharam um papel fundamental no processo de liberalização. Como consequência, a Hungria foi totalmente integrada aos mercados de exportação ocidentais por meio da especialização em manufatura de baixo valor agregado, dominada por corporações estrangeiras. Entretanto, a presença dessas empresas estrangeiras na economia foi condicionada pela privatização total e pela terapia de choque econômico (BÖRÖCZ, 1999; GILLE, 2010). O modelo baseado em IED exigia políticas neoliberais que priorizassem a entrada de capital estrangeiro em detrimento da proteção da propriedade nacional, um dilema estrutural comum para estados semiperiféricos (GERŐCS, 2022). Durante esse período da década de 1990, duas formas de investimentos estrangeiros entraram na economia: investimento "*brownfield*", que correspondeu a licitações de privatização que visavam ativos estatais, e investimento "*greenfield*" de empresas multinacionais automotivas e eletrônicas. O investimento *greenfield* trouxe a produção de montagem para as zonas de livre-exportação sem tarifas alfandegárias do país, em uma estrutura que apresentava semelhanças com as *maquiladoras* do México.

Os sucessivos governos da Hungria na década de 1990 - conservadores ou liberais - introduziram políticas econômicas do tipo terapia de choque que visavam não apenas à privatização, mas também à desregulamentação das leis trabalhistas, bem como à continuação da liberalização comercial e financeira (HANEY, 2002; BOHLE e GRESKOVITS

---

<sup>10</sup> A origem sociológica da nascente burguesia húngara remonta à década de 1980, seja na economia informal ou como elite gerencial de grandes empresas públicas (BURAWOY e LUKÁCS, 1994; STARK, 1996).





2012). O principal beneficiário dessa abordagem política mista foi o capital estrangeiro e, entre eles, principalmente os das indústrias automotiva e eletrônica que operavam nas zonas especiais de exportação. As classes capitalistas nacionais nascentes foram subjugadas a uma posição subordinada, incluindo até mesmo os segmentos da economia que não estavam diretamente expostos ao comércio internacional, como os setores de varejo, mídia, telecomunicações e construção (GAGYI e GERŐCS, 2022).

A maioria dos trabalhadores que estavam empregados em empresas estatais perdeu seus empregos após o colapso do Comecon em 1991 e sua integração à nova estrutura industrial deu-se de forma subordinada aos interesses da mesma. Os partidos políticos que surgiram com a mudança de regime - incluindo os novos partidos formados por ex-profissionais dissidentes e o partido socialista reformado - combinados em aliança com diferentes facções capitalistas, formaram um consenso para proibir que as organizações de trabalhadores se valessem de meios democráticos para impedir os interesses capitalistas no processo de mercantilização. Esse consenso incluiu um acordo liberal-conservador pré-eleitoral sobre a proibição de greves políticas e a isenção da propriedade coletiva dos trabalhadores no processo de privatização (THOMA, 1998). Embora a institucionalização da democracia política fosse um interesse comum entre os novos partidos, o bloqueio de representação dos interesses dos trabalhadores no processo de mercantilização também era um ponto em comum vital.

No processo político, dois grandes blocos de poder se formaram durante a mudança de regime, vinculados a diferentes alianças sociais (GAGYI, 2016): o partido conservador Fórum Democrático Húngaro (MDF) e a aliança de partidos liberais, composta pelo SZDSZ, o partido socialista e o Fidesz. O MDF defendia um modelo de capitalismo nacional, enquanto os partidos liberais defendiam uma integração euroatlântica acelerada, com o partido socialista permanecendo como o principal defensor das classes proprietárias pós-socialistas. O conflito ideológico entre esses blocos definiu a estrutura do discurso público durante o período pós-socialista: enquanto os conservadores falavam em defender os "interesses nacionais" do capital ocidental e de seus aliados internos, o bloco liberal-socialista promovia os mercados abertos do tipo ocidental e a democracia liberal como paradigma de desenvolvimento e favorecia a admissão rápida na União Europeia. As críticas à mudança de regime, expressas a partir de posições de esquerda, foram efetivamente silenciadas por um consenso anticomunista entre os



partidos (KRAUSZ, 1998). Essa estrutura do debate político criou um espaço discursivo que silenciou a expressão dos interesses dos trabalhadores em nome da priorização da democracia de estilo ocidental ou incluiu os interesses dos trabalhadores nos ataques contra a liberalização liderada pelo Ocidente em nome da proteção dos interesses nacionais. No longo prazo, o descontentamento popular contra os efeitos sociais da terapia de choque neoliberal pós-socialista foi canalizado com sucesso para o apoio a projetos políticos conservadores (GAGYI, 2016).

A democracia liberal na Hungria foi consolidada depois de 1994, quando as práticas econômicas da terapia de choque diminuíram e os partidos de oposição se engajaram em um governo de coalizão. A privatização continuou durante o período liberal-socialista, mas certas facções das classes capitalistas domésticas desfrutaram de subsídios limitados do governo em circuitos protegidos de acumulação, como habitação, construção e mídia.

Durante esse período, surgiu um confronto inevitável entre as classes capitalistas nacionais que esperavam garantir o acesso aos elementos que restavam das empresas estatais e o capital estrangeiro, que continuava a ter acesso a mercados nacionais inexplorados, infraestrutura relativamente bem preservada e mão de obra barata. Como as classes domésticas não tinham capacidade financeira suficiente para salvar sua posição na economia em um momento em que o Estado endividado precisava urgentemente de entrada de moeda, o capital estrangeiro obteve vantagem na privatização. Apesar da desvantagem geral para os grupos de capitalistas domésticos<sup>11</sup>, a maioria permaneceu leal ao partido socialista até o início dos anos 2000, principalmente devido a seus vínculos informais de longa data - embora enfraquecidos - com antigos membros do *politburo*. O partido socialista também conseguiu integrar o principal sucessor da confederação sindical após a desintegração desta última no início da década de 1990.

Um ponto significativo de discórdia entre as facções opostas foram as relações dos dois blocos com as exigências dos trabalhadores durante o período da privatização. Os principais partidos liberais e conservadores, SZDSZ e MDF, fizeram um pacto oficial para descartar greves políticas e a

---

<sup>11</sup> Um pequeno número de indivíduos bem conectados poderia lucrar com este período em grande parte devido às suas excepcionais habilidades gerenciais, à experiência acumulada da privatização espontânea no final dos anos 80, bem como às conexões políticas que os ajudaram a garantir e prolongar os empréstimos dos bancos estatais (VOSZKA, 1994).



propriedade coletiva dos trabalhadores. Entretanto, a MDF se aproximou do renovado movimento de Conselho dos Trabalhadores ao longo dos anos 1990 e prometeu apoio estatal como parte de uma aliança política. Para a MDF, esta aliança serviu para construir uma alavanca contra os grandes gerentes de empresas que se alinharam com o partido socialista e os sindicatos maiores. Enquanto está assistência política resultou em benefícios limitados, em 1998 o movimento do Conselho de Trabalhadores declarou-se um sindicato cristão, desistindo dos objetivos de propriedade coletiva dos trabalhadores. Até os dias de hoje, ele tem continuado a trabalhar em aliança com o bloco conservador. Os liberais, entretanto, apoiaram a formação de uma nova aliança sindical (LIGA), esperando enfraquecer a aliança sindical nacional existente, herdada do socialismo estatal. A LIGA participou das discussões da Mesa Redonda Nacional sobre a mudança de regime, mas devido aos seus "interesses liberais", eles se concentraram em questões de transição política, ao invés de questões relacionadas aos interesses dos trabalhadores (THOMA, 1998).

### **A Crise do *Hegemón* Neoliberal**

Na segunda metade dos anos 90, o Fidesz, um partido originalmente liberal, tomou um novo rumo ideológico, assumindo explicitamente o papel anteriormente ocupado pela MDF. Isto aconteceu após a aplicação do primeiro programa de ajuste estrutural em escala real imposto pelo governo de coalizão socialista-liberal, o "pacote Bokros"<sup>12</sup>. A posição ideológica do Fideszs foi expressa como um nacionalismo moderado com a promessa de desenvolvimento do capitalismo nacional, o que levou o partido a uma vitória eleitoral em 1998.

O primeiro governo do Fidesz deu continuidade à estratégia do MDF de romper as alianças entre o capital doméstico e o partido socialista, com o objetivo de realinhar essas entidades a um núcleo conservador. No entanto, a capacidade do Fidesz de mobilizar em massa as classes médias contra as

---

<sup>12</sup> Em março de 1995, o Ministério das Finanças introduziu uma desvalorização gradual da moeda húngara para lidar com o crescente déficit no saldo das contas públicas. O "pacote Bokros" visava uma liberalização total do balanço de pagamentos e a convertibilidade da moeda húngara. Para manter o déficit primário, os benefícios sociais foram reduzidos, as taxas universitárias foram introduzidas e os salários nominais nos serviços públicos foram limitados. Disso, a privatização foi acelerada. Disso, o processo de privatização foi acelerado.



medidas de austeridade, invocando noções históricas de "burguesia nacional" (VIGVÁRI e GERÓCS 2018), provou ser uma diferença significativa entre os partidos. Ao invocar gestos simbólicos de unidade nacional, o Fidesz realocou fundos sociais das classes mais baixas para as classes médias altas e introduziu um regime trabalhista disciplinar que complementou a austeridade neoliberal. Apesar de ter conseguido construir uma base de empresas capitalistas nacionais ligadas ao partido, o primeiro governo do Fidesz não conseguiu romper o vínculo entre o capital doméstico e o partido socialista. Posteriormente, o Fidesz perdeu as eleições de 2002 para os governos socialistas e liberais e a Hungria tornou-se membro pleno da União Europeia. Em reação à derrota eleitoral, o Fidesz lançou um projeto nacional para organizar "Círculos Cívicos", integrando com sucesso grande parte da energia popular anti-neoliberal em suas redes políticas (GRESKOVITS, 2020). A onda de politização popular de direita e antineoliberal dos anos 2000 (que se baseou no discurso político do bloco de poder conservador dos anos 1990) teve outro grande beneficiário político: o novo partido de extrema direita Jobbik, que trabalhou ao lado do Fidesz para penetrar e divulgar esse movimento. O Jobbik conseguiu entrar no parlamento em 2010 (SZOMBATI, 2018).

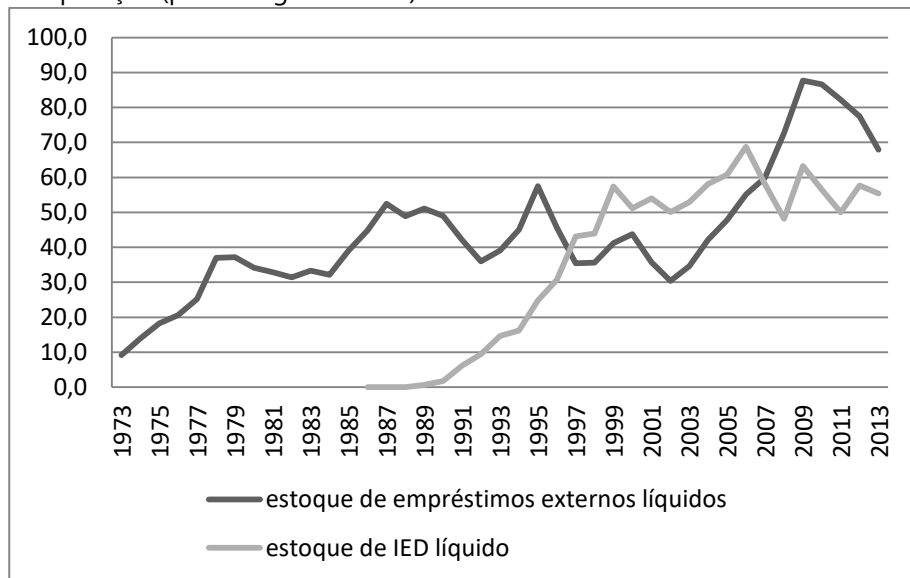
A segunda fase do regime de acumulação neoliberal mostrou sinais de exaustão, pois a privatização se desacelerou temporariamente em meados dos anos 2000. Além disso, a capacidade regulatória do Estado para subsidiar o capital interno tornou-se mais limitada devido à estrutura da lei de concorrência da União Europeia. Problemas com o orçamento público atraíram a inspeção dos financiadores internacionais, enquanto os efeitos cumulativos da liberalização financeira e as políticas de austeridade introduzidas pelo "pacote Bokros" levaram a um crescente descontentamento público. Os governos socialistas-liberais tentaram aliviar sua própria deslegitimação política, incentivando as famílias a contraírem empréstimos em moedas estrangeiras, aumentando assim seu poder de consumo no curto prazo. No início dos anos 2000, isto criou a ilusão temporária da possibilidade de articular o neoliberalismo com benefícios sociais.

No final dos anos 2000, a dívida contraída pela dependência do regime de acumulação neoliberal por empréstimos internacionais (incluindo os empréstimos do FMI) em comparação com o investimento estrangeiro direto (Figura 1), obrigou os governos a adotar políticas de austeridade, as quais fizeram emergir crescente descontentamento social e político das



classes médias desiludidas. O Fidesz conseguiu articular este descontentamento com a agenda nacional do partido (GAGYI, 2016; SCHEIRING e SZOMBATI, 2020).

**Figura 1.** Estoque de empréstimos líquidos e investimento direto em comparação (porcentagem do PIB)



Fonte: Agência Húngara de Promoção de Investimentos, 2022.

A desilusão se intensificou ainda mais quando grupos capitalistas domésticos foram afetados pelo endurecimento das medidas de austeridade que os governos de coalizão foram forçados a implementar sob as exigências de sucessivos pacotes do FMI. Na época da crise econômica mundial de 2008, aproximadamente 30% das famílias e pequenas empresas privadas - que detinham a maior parte da dívida em moeda estrangeira - foram à falência devido às flutuações cambiais (PELLANDINI-SIMÁNYI e VARGHA, 2018; PÓSFAL, 2018).

Como resultado do esgotamento do modelo neoliberal baseado no IED e em consonância com as regras da UE e do FMI, a burguesia nacional lentamente se distanciou do Partido Socialista e se reagrupou em torno do concorrente Fidesz (WILKIN, 2016; FÁBRY, 2019; SCHEIRING, 2020; SCHEIRING e SZOMBATI, 2020). Da mesma forma, o maior sindicato, que havia sido um aliado próximo do partido socialista, declarou oficialmente sua separação de qualquer política partidária. Além disso, o Fidesz reorganizou sua rede de organizações locais, o Movimento dos Círculos Cívicos, que era



afiliado à liderança do partido e era facilmente mobilizado para causas locais. Os membros dos Círculos Cívicos eram compostos não apenas por participantes da classe média, mas também por um número crescente de trabalhadores braçais que se tornaram defensores da agenda nacional do partido. Em 2006, manifestações violentas eclodiram em Budapeste, desencadeadas pelo vazamento do discurso do primeiro-ministro socialista Ferenc Gyurcsány, no qual ele insinuava que seu partido havia mentido para os eleitores sobre a situação do orçamento e que a "face humana" do neoliberalismo não estava à altura. A repressão agressiva da polícia sob o governo dos socialistas marcou estes eventos como o ponto final de uma hegemonia política liberal-socialista. Embora os temas das manifestações tenham sido inicialmente dominados por movimentos de extrema direita liderados pelo Jobbik, o Fidesz utilizou com mais sucesso suas consequências políticas, posicionando-se como líder de uma revolta nacional popular contra a dominação neoliberal.

A vitória do Fidesz na eleição de 2010, em que obteve dois terços dos votos, pode ser vista como resultado da deslegitimação maciça da coalizão socialista-liberal em combinação com os efeitos muito severos da crise econômica mundial de 2008. O governo do Fidesz aproveitou a oportunidade oferecida pela crise global para reconfigurar o bloco de poder pós-socialista, renegociando as relações econômicas e financeiras com o capital internacional em nome da burguesia nacional. No entanto, elementos das políticas de austeridade neoliberal e o subsídio ao capital estrangeiro permaneceram em vigor. Dessa forma, o neoliberalismo não terminou com a ascensão do Fidesz, mas foi transferido para a hegemonia iliberal.

### **Hegemonia "Illiberal" após 2010: uma nova reconfiguração capitalista autoritária.**

Viktor Orbán chamou seu segundo governo de "iliberal". Este conceito tinha como objetivo expressar sua oposição ideológica geral à "democracia liberal", como ele explicou em um de seus discursos anuais na reunião de verão de seu partido conservador, o Fidesz, em Bálványos, Transilvânia, em 2015<sup>13</sup>. A burguesia nacional da Hungria alcançou um papel mais proeminente no bloco de bloco e poder recém formado dentro do

---

<sup>13</sup> <https://visegradpost.com/en/2019/07/29/orbans-full-speech-at-tusvanyos-political-philosophy-upcoming-crisis-and-projects-for-the-next-15-years/>



regime iliberal de Orbán e em sua centralização institucional do poder político (MELEGH, 2018). Como parte da centralização política, uma nova constituição foi promulgada em 2012. O Fidesz redefiniu posteriormente o sistema eleitoral várias vezes, a fim de manter a maioria de dois terços do partido no parlamento. Ao mesmo tempo, uma série de reformas econômicas foi introduzida, incluindo reformas em uma ampla gama de políticas industriais, educacionais e tributárias e a flexibilização do mercado de trabalho. Esta série de reformas foi dirigida a algumas facções importantes do bloco de poder neoliberal que havia dominado o regime de acumulação anterior. Além de aprovar emendas constitucionais, desde a introdução dessas reformas políticas e econômicas, os sucessivos governos do Fidesz não enfrentaram nenhum desafio sério ao seu poder em nível nacional, ainda que os partidos de oposição tenham obtido algum sucesso em nível municipal.

O controle sem precedentes sobre a mídia ocorreu após a centralização do poder político e das reformas econômicas que enfraqueceram o bloco de poder neoliberal. Os governos do Fidesz minaram sistematicamente as condições de atuação da mídia independente por meio de intervenções regulatórias e de mercado. O Fidesz construiu seu próprio campo de oligarcas da mídia durante seu primeiro mandato no final da década de 1990 e, depois de 2010, passou a controlar grande parte dos meios de comunicação independentes da Hungria (WILKIN, 2016)<sup>14</sup>. O controle do partido sob a maioria dos meios de comunicação públicos e privados permitiu que o governo os convertesse em uma máquina de propaganda estatal, que tem sido usada com frequência contra grupos específicos e em questões cuidadosamente selecionadas. É importante mencionar sua infame campanha antimigração, lançada em 2015 durante a crise europeia de refugiados. A campanha foi inicialmente um movimento para contrabalançar os índices de popularidade em queda do partido após as eleições de 2014, mas desde então tem sido mantida como tema principal de sua comunicação. Outras campanhas incluem as pautas anti-lgbt, a anti-sem-teto e a anti-feminista, todas elas servindo para recriar simbolicamente a noção de uma "unidade nacional" que supostamente se beneficia universalmente da política do Fidesz.

---

<sup>14</sup> Dois dos maiores estabelecimentos independentes (liberal-esquerda), incluindo uma revista impressa chamada Népszabadság e uma revista on-line chamada index.hu foram superados ou fechados por oligarcas da mídia filiadas à Fidesz.



Em termos de lutas por poder brando para obter reconhecimento internacional, a propaganda estatal geralmente tem como alvo políticos europeus de destaque que criticaram publicamente Orbán. Um alvo mais frequente é o bilionário húngaro George Soros, que contribuiu para a consolidação da democracia liberal por meio de suas doações filantrópicas a ONGs independentes durante a transição pós-socialista. A chamada legislação "Stop Soros" é uma das regulamentações mais restritivas em relação a organizações civis na UE, pois a lei proibiu as ONGs de aceitarem doações estrangeiras sem a aprovação do Estado. Outro elemento da campanha anti-Soros envolveu a pressão para que a Universidade da Europa Central - originalmente fundada por Soros - se mudasse de Budapeste para Viena. Outras instituições culturais autônomas, como a Universidade de Artes Teatrais e Cinematográficas (SZFE), foram reorganizadas por uma administração recém-nomeada, cujo chefe é um ex-tenente do exército húngaro. A reorganização da universidade foi seguida pela resistência dos estudantes da Universidade de Artes Teatrais e Cinematográficas, que também ocuparam o campus da universidade. A Academia Húngara de Ciências também foi alvo do aparato estatal e, em 2020, a maioria das instituições de ensino superior húngaras foi transferida para fundações privadas afiliadas ao Fidesz, provocando manifestações entre as classes médias urbanas e a intelectualidade. O currículo foi frequentemente reformulado de acordo com as metas de industrialização do governo, e os departamentos de ciências humanas foram reduzidos ou tornados desnecessários. Uma crise no setor educacional foi marcada por uma greve nacional de professores em março de 2022, à qual se juntaram estudantes do ensino médio em uma segunda onda de greves em setembro de 2022.

Além disso, a mídia controlada pelo Estado desempenha um papel fundamental no ataque à liderança dos partidos de oposição: os socialistas-liberais remanescentes e o partido de extrema direita, o Jobbik. Apesar dos duros ataques da mídia às figuras da oposição, a oposição não foi criminalizada da mesma forma que em outros regimes autoritários, como a Turquia ou as Filipinas. Ao longo de seu primeiro e segundo mandatos, o Jobbik tornou-se o principal adversário político do Fidesz devido à sua capacidade de obter uma quantidade considerável de apoio popular entre aqueles que estavam alienados pelas reformas do Fidesz. A campanha eleitoral de 2018 do Jobbik "Você trabalha. Eles roubam." resume de forma ilustrativa essa retórica política (SZOMBATI, 2018). Como resposta, o Fidesz intensificou suas próprias narrativas de extrema direita e se esforçou para





destruir o Jobbik tanto simbólica quanto organizacionalmente, embora a criminalização não fizesse parte da estratégia. Em meio a esse conflito, ocorreu uma interessante mudança de posições políticas em meados da década de 2010: o Jobbik passou da extrema direita para o centro político, enquanto o Fidesz passou de sua posição moderada de centro-direita para a extrema direita. Simultaneamente, o Fidesz ajudou a criar o "Our Homeland Movement" (Movimento Nossa Pátria), uma facção anti-Jobbik que atraiu elementos da extrema direita e definiu o tom da política de identidade simbólica que se alinhou aos objetivos ideológicos do Estado. Esse movimento enfatiza o chamado "discurso moral" que tem uma orientação anti-lgbtq, anti-cigana e a favor da violência estatal.

A estratégia restante dos partidos liberais e socialistas é invocar noções de "europeísmo" e valores da "civilização ocidental" em oposição à forte retórica nacionalista da propaganda estatal, apoiando-se principalmente em gestos simbólicos de aliança com as potências liberais ocidentais. Esta estratégia de comunicação política a longo prazo tem estado no centro do regime neoliberal pós-socialista desde os anos imediatamente posteriores à mudança de regime e, portanto, é menos atrativa para a maioria da população. Enquanto a base eleitoral dos partidos liberais da oposição não pôde ser recuperada após a implosão da hegemonia neoliberal no final dos anos 2000 (apesar de várias divisões no partido em exercício, e uma nova geração de partidos liberais, por exemplo, o partido Momentum), as estruturas liberais pró-ocidentais do anterior bloco de poder neoliberal dominaram grande parte das ondas de manifestação pós-2010 contra o regime iliberal em consolidação. Estes protestos, dominados pelos círculos da classe média educada na hegemonia neoliberal anterior (SZABÓ e MIKECZ, 2015), criticam o recuo do regime em relação às liberdades democráticas, incluindo reformas da mídia, do sistema judiciário, do financiamento cultural e do ensino superior. Nesta nova fase do movimento político liberal, as questões sociais foram incluídas como argumento político contra o regime iliberal, e grupos que representam reivindicações sociais (de habitação, em defesa dos ciganos ou sindicatos) são convidados a falar em manifestações. Entretanto, estas questões permanecem subordinadas às reivindicações de liberdade civil, e em vez de penetrar em círculos populares, como o Jobbik antes de assumir sua posição centrista, a estratégia iliberal permaneceu dentro dos limites convencionais da classe média da política pós-socialista.



A energia dos movimentos sociais foi usada para apoiar as coalizões de oposição durante as mobilizações eleitorais. Um novo desenvolvimento a esse respeito pode ser visto na aliança de oposição entre partidos (incluindo o Jobbik) formada antes das eleições locais de 2019. Devido à aliança, os candidatos da oposição ganharam algumas cadeiras em alguns governos locais, incluindo o município de Budapeste. Isso aumentou as esperanças de quebrar a supermaioria<sup>15</sup> do Fidesz nas eleições parlamentares de 2022. No entanto, devido à incoerência política e ideológica, a uma base eleitoral fragmentada da oposição, bem como à escalada da crise dos preços da energia seguida pela súbita eclosão da guerra na Ucrânia, contra a qual o Fidesz prometeu proteger a população (afirmando que a Hungria não deveria participar do conflito, enquanto a oposição pedia ajuda à Ucrânia), o Fidesz conseguiu garantir sua supermaioria mais uma vez.

### **O bloco de poder capitalista pós-2010**

Em termos de política econômica, apesar de sua retórica simbólica anti-ocidental, o regime iliberal de Orbán não foi totalmente hostil ao capital internacional, devido à persistente dependência do país ao financiamento externo. Ao invés disso, ele procurou formar novas alianças internacionais fora do espaço geopolítico transatlântico para ajudar o regime a se diversificar, distante tanto dos Fundos Estruturais e de Coesão da União Européia, como dos investimentos dos fabricantes alemães.

Neste contexto, muitas das antigas políticas neoliberais permaneceram intactas, ainda que tenham se combinado com políticas industriais selecionadas e uma forma de governança mais centralizada. Nas finanças, por exemplo, o governo e o banco central alcançaram capacidade regulatória suficiente para mudar as relações de mercado entre bancos estrangeiros e nacionais e transformar a estrutura competitiva do mercado em uma estrutura oligopolística sob supervisão direta do Estado. Ao contrário dos setores de serviços domésticos (por exemplo, serviços públicos, varejo e telecomunicações), isto não exigiu aquisições hostis. Ao contrário, o esquema de resgate financeiro da Hungria criou uma situação

---

<sup>15</sup> Nota da tradução: Na Hungria, para que possa ser aprovada mudanças na constituição é preciso possuir mais de 2/3 dos votos parlamentares. Neste sentido, os termos supermaioria e maioria absoluta correspondem à situação de representação parlamentar dos membros do Fidesz e seus aliados superior a esta proporção.



de ganho mútuo entre o capital internacional e o doméstico, em que o governo pagou um preço relativamente alto pelos ativos insolventes dos bancos estrangeiros (MIHÁLYI, 2015)<sup>16</sup>.

A reorganização bancária pós-crise foi importante também do ponto de vista político, devido às promessas feitas para salvar as centenas de milhares de famílias que haviam se tornado devedoras após o aumento do número parcelas dos empréstimos. Este constituiu um ponto principal da campanha eleitoral do Fidesz em 2010: em consonância com os gestos que indicavam sua filiação ao popular anti-neoliberalismo de direita, o Fidesz tomou emprestado o discurso dos grupos de defesa dos devedores, e falou da crise hipotecária *forex* como uma injustiça imposta pelos bancos ocidentais ao povo húngaro. Entretanto, as medidas reais para enfrentar a crise priorizaram a restabilização e nacionalização do setor financeiro. Entre os devedores, a reorganização da dívida só serviu aos mais privilegiados (DANCSIK *et al.* 2015), e quando os devedores em pior situação financeira começaram a se mobilizar contra essas medidas, seus movimentos foram marginalizados e a possibilidade de litígio foi limitada por sucessivas decisões da Suprema Corte (Cúria). Por outro lado, o banco central lançou um novo programa de empréstimo hipotecário na moeda húngara que visava novas classes médias (apoiado por políticas estatais de redistribuição). Este novo esquema de empréstimo foi condicionado a critérios demográficos (por exemplo, número de filhos na família), sustentado por um discurso moral pró-natalista de "merecimento da família" (GREGOR, 2017).

Este novo esquema ajudou as instituições financeiras associadas ao governo a alcançar o mercado de empréstimos privados que antes da crise econômica mundial de 2008, estava sob o controle de bancos estrangeiros. Combinado com outras isenções fiscais e outros apoios às indústrias de construção locais, isto criou um circuito protegido de acumulação de capital dominado pelo capital financeiro nacional. Além da mudança nas relações de propriedade, o mercado de empréstimos privados experimentou uma concentração maciça de capital. Através da assistência governamental, os ativos financeiros recém-adquiridos foram integrados a um novo banco gigante com a esperança de que ele dominaria o mercado oligopolista. Em

---

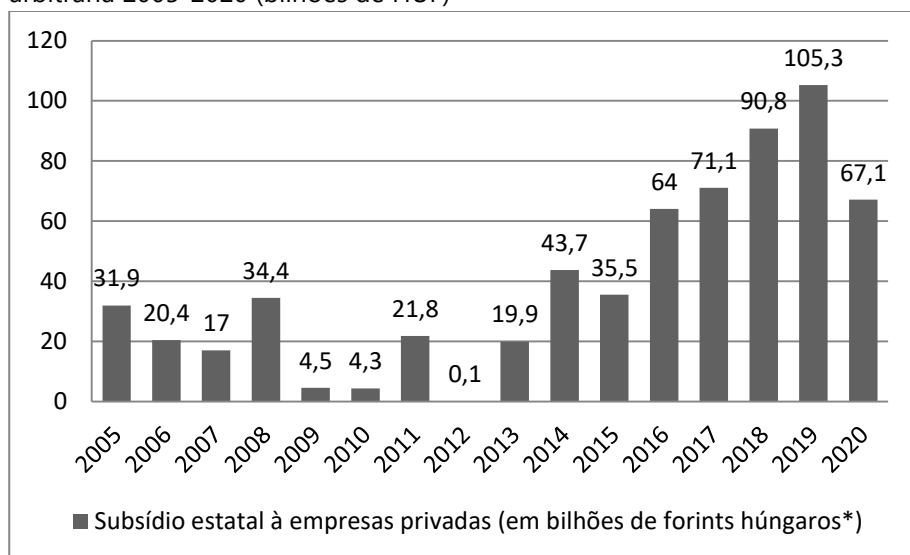
<sup>16</sup> Mihályi (2015) argumenta que essa foi uma situação vantajosa tanto para o capital financeiro internacional quanto para o nacional, pois os bancos estrangeiros foram particularmente afetados durante a crise financeira de 2008; eles registraram perdas maciças com dívidas hipotecárias.



resumo, o esquema de resgate financeiro foi projetado para ajudar o capital doméstico a renegociar suas relações com o capital financeiro internacional, enquanto subsidiava as classes médias altas e cooptava as classes médias baixas através de dispositivos ideológicos e materiais. Em suma, o que aconteceu com os bancos representa a aliança política de tipo “cima para baixo” que o Fidesz foi capaz de construir em prol da formação de um novo bloco de poder.

Em outros setores da economia, o Estado criou vários critérios seletivos para proteger o capital nacional. Primeiro, o governo precisava de um superávit comercial para aliviar a dependência financeira e a influência dos credores nas políticas econômicas. Para isso, as políticas econômicas foram elaboradas de uma forma mercantilista específica para incentivar os grandes exportadores estrangeiros a aumentar sua capacidade e adquirir moeda estrangeira suficiente para garantir as reservas mantidas pelo Banco Central (BECKER, 2016). Esse tipo específico de política comercial e industrial chegou ao ponto de fornecer os maiores subsídios estatais de qualquer país da região para empresas estrangeiras com fábricas na Hungria, a fim de ajudá-las a exportar para o mercado mundial.

**Figura 2.** Subsídios estatais alocados a empresas individuais por decisão arbitrária 2005-2020 (bilhões de HUF)



Fonte: GERÖCS e PINKASZ, 2018. (\*) A moeda oficial da Hungria é o Florim Húngaro. Um real brasileiro de 2023 equivale à aproximadamente HUF 67,00.



No entanto, um nível maior de subsídios estatais também foi alocado para as empresas húngaras, desde que se fosse comprovado que elas estavam associadas a empresários ligados ao Fidesz (Figura 2).

Em segundo lugar, o capital internacional na economia doméstica de serviços foi alvo de práticas discriminatórias e protecionistas. Embora estas políticas protecionistas tenham sido projetadas para parecerem em conformidade com a lei de concorrência europeia, uma ampla gama de intervenções de mercado, regulamentações de preços e sobretaxas setoriais especificamente direcionadas a elas e introduzidas nesta época foram, desde então, descartadas pela Corte Europeia de Justiça. Além dessas políticas, ocorreram aquisições hostis e nacionalizações contestadas. Ademais das concessionárias municipais, as áreas-alvo normalmente incluíam o varejo, a mídia, as telecomunicações e a energia. A infraestrutura e os serviços locais são outras áreas onde o Estado ganhou capacidade regulatória a fim de intervir e mudar as relações de mercado em benefício do capital doméstico aliado ao regime.

Por fim, os bancos e as finanças internacionais são uma área específica em que a integração econômica mundial se cruzou com a capitalização de grupos nacionais por meio de diferentes fontes de financiamento. Como já destacamos, a contestação entre as várias facções do capital financeiro estrangeiro e nacional foi relativamente baixa devido à situação de ganho mútuo criada pelo esquema de resgate. O que mudou foi o equilíbrio das forças internacionais no espaço geopolítico regional mais amplo. O capital russo e chinês, por exemplo, foi favorecido pelo banco central húngaro para ajudar a diversificar a dependência dos fundos europeus e do investimento estrangeiro alemão. Essa mudança levou a uma nova geopolítica do endividamento (GAGYI e GERŐCS 2019).

### **Manufatura orientada para a exportação baseada em IED e um novo regime de trabalho.**

Como mencionado anteriormente, as políticas industriais na Hungria incentivam os fabricantes estrangeiros de exportação a investir no país (GERŐCS e PINKASZ 2019). Este conjunto de políticas foi em grande parte modelado após a adoção do modelo neomercantilista na Alemanha. É notável que algumas dessas políticas industriais foram co-elaboradas por funcionários do governo húngaro do Ministério de Inovação e Tecnologia e agentes de organizações de *lobby* alemão, como a Câmara de Indústria e



Comércio Alemanha-Hungria<sup>17</sup>. A regulamentação trabalhista, educação e tributação foram as principais áreas legislativas nas quais a versão periférica do modelo neomercantilista alemão foi implementada.

a) Reforma Trabalhista

Já em 2010, o recém-eleito governo Fidesz fez alterações radicais nas leis sindicais, resultando na queda repentina das greves após 2010. Além disso, um novo código trabalhista foi promulgado em 2012. Com estas reformas, os interesses da burguesia nacional se uniram aos do capital estrangeiro; assim, a dependência geral em relação à Alemanha se intensificou. A pedido do capital industrial alemão, foram acrescentadas em emendas ao novo código trabalhista em 2018. Os sindicatos chamaram estas reformas de "Lei do Escravo" porque restringiram severamente seu poder de negociação em relação às empresas, enquanto o direito dos fabricantes de exigir horas extras foi muito ampliado (GAGYI e GERŐCS 2019)<sup>18</sup>.

b) Políticas de *workfare*<sup>19</sup>

Outra peça importante da legislação é a iniciativa pública de introdução de políticas de *workfare* (HANN, 2016). A iniciativa foi introduzida pela primeira vez pelo governo socialista-liberal, como parte de seu esforço de gestão de crise, e foi ampliada pelo Fidesz em 2011, atendendo a uma demanda popular feita pelas classes médias rurais para substituir as transferências sociais universais (como os abonos de família e os

---

<sup>17</sup> É interessante notar, por exemplo, que o co-presidente do Conselho Nacional de Política Científica - que superou os gastos do governo com ciência e educação - é o ex-comissário europeu de Orçamento e Recursos Humanos, Günther Oettinger.

<sup>18</sup> De 250 horas a 400 horas por ano e os atrasos de pagamento também podem ser estendidos para até 3 anos.

<sup>19</sup> Nota da tradução: o regime de *workfare* foi concebido como uma alternativa ao modelo de bem-estar social anteriormente estabelecido, caracterizado pelo direito automático à assistência social, como seguro-desemprego ou outras transferências sociais. Neste novo modelo, a concessão de assistência social está condicionada à realização de trabalho, o que implica que o indivíduo precisa obter um emprego para poder ter acesso aos benefícios oferecidos pelo Estado. Em geral, a implementação do *workfare* é acompanhada pela criação de vagas de emprego de baixa remuneração destinadas a pessoas com baixa qualificação profissional que, de outra forma, estariam desempregadas. O objetivo é reduzir a dependência do Estado e fomentar a inclusão produtiva desses indivíduos. Entretanto, essa política implica na redução dos benefícios sociais e de seguridade social, com o intuito de incentivar a reinserção dos indivíduos no mercado de trabalho.



benefícios de desemprego)<sup>20</sup> às quais os pobres rurais eram elegíveis, pelo trabalho público organizado por governos locais. Entre 2011 e 2015, aproximadamente 5% da força de trabalho húngara foi empregada pela iniciativa *workfare*, a maioria das quais em áreas rurais onde as altas taxas de desemprego foram um fenômeno de longo prazo resultante do período de transição pós-socialista<sup>21</sup>. Os governos locais dominados pelo Fidesz receberam total poder discricionário sobre a gestão do emprego rural através da iniciativa. Isto ajudou a obter o consentimento passivo dos desempregados rurais, muitos dos quais eram membros da comunidade étnica cigana. Em muitas partes do país, os prefeitos se tornaram os únicos empregadores legais da população local. Como resultado, a iniciativa desempenhou um papel maciço no estreitamento das relações patrão-cliente nas áreas mais afetadas pelo desemprego desenfreado, produzindo assim consequências significativas para a mobilização política local<sup>22</sup>. Por outro lado, a dependência dos prefeitos locais em relação ao orçamento central também aumentou, produzindo um sistema hierárquico de clientelismo nacional onde o governo central reina no topo da hierarquia.

### c) Educação

A segunda área visada pelas reformas foi a educação. Nessa área, os formuladores de políticas introduziram um projeto baseado no sistema de treinamento vocacional alemão, combinado com a redução da idade mínima obrigatória de escolaridade de 18 para 16 anos. Projetado pelo *lobby* industrial alemão e suas contrapartes húngaras, o sistema de treinamento vocacional tinha como objetivo fornecer às empresas mão de obra barata e flexível, tanto jovem quanto legalmente viável. Além do baixo nível de qualificação, os estagiários são formalmente supervisionados por seus programas escolares, evitando, portanto, qualquer obrigação por parte das empresas de pagar-lhes salários semelhantes aos dos outros empregados ou oferecer-lhes contratos seguros (GAGYI e GERÓCS 2019).

---

<sup>20</sup> Por exemplo, o auxílio-desemprego foi reduzido de 9 para 3 meses em 2012

<sup>21</sup> Parte da retórica em torno dos benefícios sociais era abertamente racista, pois visava a população cigana mais vulnerável que sofreu muito durante a transição pós-socialista.

<sup>22</sup> Nas eleições subsequentes, as regiões mais pobres e com maior número de desempregados forneceram o maior número de votos pró-governo, o que indica a função do programa de trabalho na máquina eleitoral.



#### d) Tributação

Por fim, a Hungria também fez reformas na tributação, introduzindo as mais baixas taxas de impostos corporativos na União Européia. A alíquota oficial do imposto corporativo é fixada em 9%, mas em 2020, após as deduções específicas de cada setor, o imposto pago foi de apenas 4,7%, de acordo com o banco de dados da OCDE<sup>23</sup>. O sistema de imposto de renda para pessoa física é similarmente homogêneo, com uma taxa universal de 15%. Em contraste, a Hungria introduziu o maior imposto possível dentro da estrutura de harmonização fiscal da União Européia sobre as vendas, com uma taxa de 27%, cujo ônus é desproporcionalmente arcado por trabalhadores com salários mais baixos, empurrando assim o custo crescente da reprodução da mão-de-obra para as famílias da classe trabalhadora.

### **A diversificação do financiamento: Novas alianças com o capital russo e chines.**

Para aliviar sua dependência financeira do capital ocidental e, assim, permitir um maior espaço de manobra para o capital nacional, o governo procurou canais alternativos de financiamento disponíveis após as mudanças geopolíticas. Esta necessidade de maior acumulação de capital foi preenchida pela entrada russa e chinesa no mercado europeu antes do ataque da Rússia à Ucrânia em 2022. O regime húngaro posicionou-se com sucesso como uma "porta de entrada" para os novos capitais transnacionais emergentes que procuram entrar na UE. Este posicionamento se assemelha à estrutura do modelo de ponte no comércio internacional da Hungria dos anos 60 e 70.

No caso da Rússia, a exportação de capital assumiu a forma de um pacote de investimentos bem definido que incluiu investimentos no setor de energia, envolvendo contratos de concessão com empresas petrolíferas, entregas de equipamentos técnicos para capacidade nuclear, desenvolvimento de infraestrutura relacionada à extração ou transporte de energia e renovação de linhas de crédito oferecidas por bancos estatais.

No total, três importantes pacotes de investimento foram acordados entre 2010 e 2018. O primeiro acordo incluiu a recompra pelo governo húngaro de uma participação majoritária na Hungarian Oil and Gas Company (Grupo MOL) da Surgutneftegaz da Rússia. Os grupos de

---

<sup>23</sup> <https://www.compareyourcountry.org/corporate-tax-statistics/en/0/all/default..>





capitalistas nacionais esperavam usar isso para adquirir participações em outras redes regionais de energia a fim de expandir sua influência na Europa Central e Oriental.

O segundo acordo importante envolveu a ampliação da capacidade nuclear do país na cidade húngara de Paks por um consórcio internacional liderado pela Rosatom da Rússia. Embora a licitação não estivesse em conformidade com a lei de concorrência europeia, o Conselho Europeu a aprovou em troca do acesso dos fornecedores ocidentais ao projeto, o que poderia fornecer uma estrutura para renegociações futuras se as sanções da UE contra a Rússia após a invasão da Ucrânia colocassem todo o projeto em espera. Em princípio, a chamada extensão da capacidade nuclear de Paks-II se encaixa bem no modelo neomercantilista periférico, pois atende às necessidades do complexo industrial alemão em expansão para o leste, fornecendo-lhe energia e mão de obra baratas. Também se esperava que atendesse às necessidades do capital nacional, pois o acordo incluía convidar empresas húngaras para participar da construção do novo bloco (até 40% do plano). Esperava-se que o pacote de investimentos criasse um novo e grande *pool* de fundos para o capital nacional sem ter que cumprir os padrões da lei de concorrência da União Europeia, mas essas condições podem estar sujeitas a mudanças. Esperava-se também que os custos desse investimento maciço em infraestrutura fossem cobertos por um acordo sob uma linha de crédito no valor de US \$10 bilhões entre o Vnesheconombank estatal da Rússia - agora sancionado pela UE - e o governo húngaro. Conforme o terceiro acordo, a nova sede regional do Banco Internacional de Investimentos (BII) da Rússia será instalada em Budapeste. Como parte do acordo, o estado húngaro aumentou a participação acionária conjunta no capital do banco em €10 bilhões, tornando a Hungria a segunda maior acionista do BII<sup>24</sup>. Novas tensões geopolíticas e sanções ocidentais contra a Rússia podem prejudicar as colaborações russas; no entanto, não está claro, até o momento do fechamento deste trabalho, como exatamente essas sanções afetarão os investimentos russos na Hungria.

No caso da China, a exportação de capital é combinada com a necessidade urgente do país de disseminar seu excesso de capacidade industrial, para isso ele realiza amplos investimentos de capital na estrutura

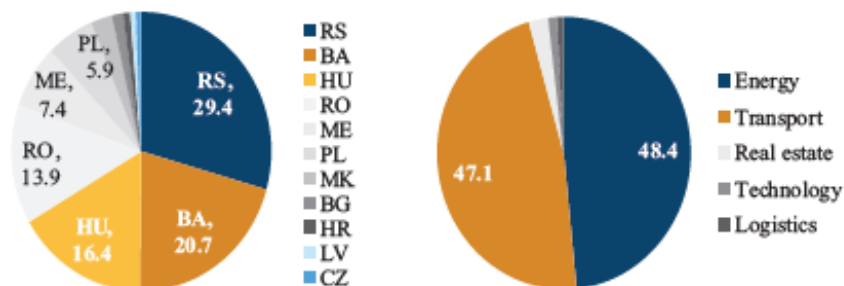
---

<sup>24</sup> Isso significa que os funcionários do IIB ganhariam imunidade diplomática na União Europeia, por tanto, já surgiram disputas políticas entre altos funcionários da UE e a Hungria.



de investimento multilateral da *Belt and Road Initiative* (BRI). Observadores ocidentais descrevem a BRI como uma possível alternativa ao FMI no longo prazo, embora o tamanho de seus fundos ainda seja minúsculo em comparação com os das principais agências doadoras internacionais. A China criou uma linha de crédito especial para as regiões do centro-leste e sudeste da Europa no valor de US \$10 bilhões para financiar projetos de infraestrutura em 17 países (agrupados na categoria CEEC-17 na estrutura da BRI)<sup>25</sup>. Estes países estão qualificados para solicitar empréstimos preferenciais que podem ser usados para projetos de infraestrutura, principalmente em transporte e energia, dentro do escopo da estrutura mais ampla da BRI.

**Figura 3.** IDE chinês nos países da UE e detalhamento setorial, 2013-2017.



Fonte: GRÜBLER et. al., 2018.

A Figura 3 mostra que os investimentos chineses estão altamente concentrados nos setores e regiões identificados acima. O motivo dessa concentração é que a China já havia lançado dois grandes projetos de infraestrutura nessas regiões: em 2016, a empresa de transporte marítimo chinesa (Cosco) adquiriu uma participação de 67% no maior porto grego, em Piraeus, como parte de suas aquisições no ramo de logística portuária por toda a Europa<sup>26</sup>. Para conectar seus portos à infraestrutura europeia, a China está construindo um trem de carga de alta velocidade que se conectará aos principais mercados da Europa. Já foram assinados acordos na Sérvia e na

<sup>25</sup> Os países da CEEC-17 são: Albânia, Bósnia-Herzegovina, Croácia, Macedônia, Montenegro, Sérvia, Eslovênia, Bulgária, Romênia, República Tcheca, Hungria, Polônia e Eslováquia, Letônia, Lituânia e Estônia.

<sup>26</sup> É importante mencionar que o governo grego foi pressionado pelo Conselho Europeu e pelo FMI a privatizar o porto como parte do programa de austeridade que o país teve de fazer em troca do resgate internacional.



Hungria que permitirão a construção de uma conexão ferroviária de 336 km de extensão - entre Budapeste e Belgrado - por um consórcio liderado pela China Communication Construction Co., responsável por 85% dos custos - estimados em 3,8 bilhões de dólares americanos - a serem cobertos pelo Eximbank da China. Semelhante ao modelo Paks-II, mas diferente de outros investimentos chineses, os empresários locais podem participar de até 50% da construção da linha ferroviária.

Outra iniciativa importante foi lançada pelo Banco Popular da China (PBOC) em 2013 para promover a internacionalização de sua própria moeda, o renminbi (RMB). O banco central húngaro foi um dos primeiros a assinar um acordo bilateral de troca de moeda estrangeira com o PBOC no valor de US \$1,6 bilhão, permitindo que o banco central húngaro usasse a moeda como reserva<sup>27</sup>. Em 2016, a Hungria lançou sua própria "Budapest RMB Initiative", com o objetivo de atrair instituições financeiras chinesas, principalmente de Hong Kong, e transformar Budapeste em um espaço *offshore* para transações regionais em RMB<sup>28</sup>. A Hungria e a Polônia também estavam entre os primeiros países da UE a emitir títulos soberanos estrangeiros em RMB (GERŐCS, 2017, p.180).

A atração da Hungria pelo investimento chinês não é única nesta região da Europa. Um dos efeitos mais tangíveis das mudanças geopolíticas sobre o desenvolvimento das economias regionais são os esquemas de financiamento dos países do CCEE-17. A maioria desses países conta com financiamento externo para o serviço de sua dívida e seus laços diplomáticos e geopolíticos afetam amplamente o tipo de financiamento externo que eles podem assegurar. A Figura 3.4 mostra uma visão comparativa dos tipos de financiamento externo como parte de um esquema mais amplo de financiamento: os estados membros orientais da União Europeia, por exemplo, frequentemente têm melhor acesso aos fundos europeus do que seus vizinhos do sudeste que não compõem a UE. Este último grupo conta com outros recursos para o financiamento, tais como empréstimos chineses. A Figura 4 também reflete a mudança na dependência de financiamento

---

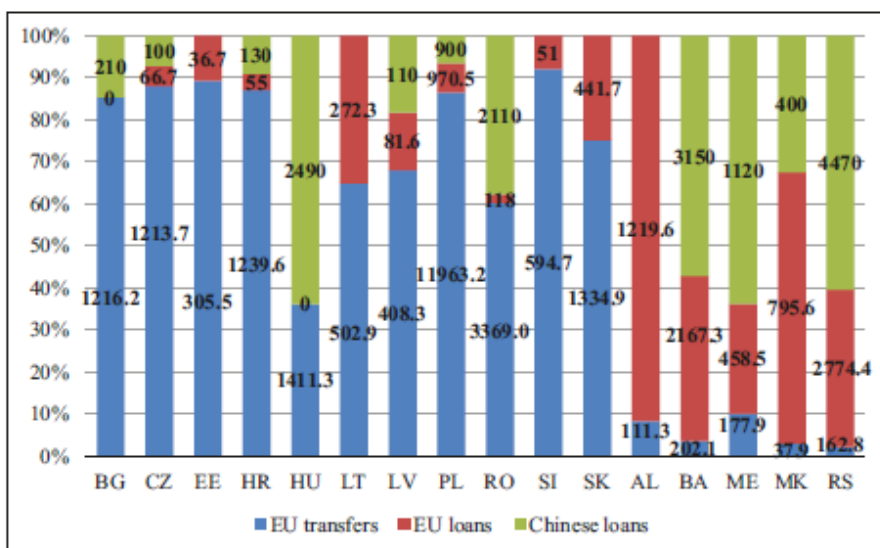
<sup>27</sup> Não sabemos a participação exata da RMB nas reservas húngaras porque ela não é totalmente conversível e, portanto, não é contabilizada como uma moeda de reserva oficial de acordo com as normas do FMI.

<sup>28</sup> Desde 2015, três dos quatro maiores bancos chineses por total de ativos, o China Construction Bank, o Bank of China e o Agricultural Bank of China, abriram escritórios regionais em Budapeste.



externo da Hungria: ela eliminou os empréstimos europeus em conjunto, e sua participação nos fundos da UE é a mais baixa entre todos os estados membros. Isto está relacionado à decisão das autoridades húngaras de buscar financiamentos alternativos, não europeus, para aumentar o espaço geopolítico de manobra. Os empréstimos chineses em particular, mas também o crédito russo, passaram a compreender uma proporção significativa do financiamento externo da Hungria, transformando a posição do regime sob esta nova geopolítica de endividamento.

**Figura 4.** - Financiamento externo em projetos de infraestrutura do BRI (em milhões de euros e porcentagem), 2007- 2017



Fonte: GRÜBLER, 2017.

### Resistência silenciosa sob o conflito capitalista em curso.

Nos últimos anos, os partidos de oposição húngaros estiveram trabalhando para formar uma coalizão unificada a fim de criar uma chance de derrotar a supermaioria do Fidesz nas eleições nacionais. Essa colaboração entre partidos envolveu a todos, desde os liberais até a extrema direita. Nas eleições locais de 2019, os candidatos de toda a oposição, apoiados pelas classes médias metropolitanas e urbanas descontentes com a monopolização do poder pelo regime e com os crescentes escândalos de corrupção, garantiram várias vitórias, inclusive no município de Budapeste.



Essas vitórias foram interpretadas como um sinal de que uma vitória de toda a oposição nas eleições parlamentares de 2022 seria possível.

O Fidesz reagiu a essa possibilidade constitucionalizando e/ou privatizando empresas estatais em benefício dos capitalistas nacionais aliados, com medo de uma possível mudança de governo. A conversão do poder político em riqueza econômica faz alusão ao período do final da década de 1980, quando os burocratas socialistas do Estado e os gerentes de empresas privatizaram ativos de propriedade pública para acumular riqueza na expectativa de uma mudança de regime. Como vimos, os impactos políticos e econômicos dessa conversão duraram até os anos 2000, quando os governos neoliberais foram desmantelados, contribuindo posteriormente exatamente para a ascensão da agenda burguesa nacional sob a qual se constituiu o Fidesz.

Ao longo dos sucessivos ciclos governamentais pós-2010, uma série de manifestações levadas a cabo pela classe média urbana e pelas coalizões políticas entre os partidos de oposição liberal criticaram o retrocesso das liberdades democráticas do regime e sua orientação para alianças geopolíticas orientais - russas e chinesas. Essas manifestações de certa forma incluíram reclamações sociais (como questões de discriminação étnica, xenofobia, habitação, pobreza ou lutas sindicais), mas se enquadraram sob uma narrativa dominante de retorno ao desenvolvimento pré-2010 orientado para o Ocidente. Um segmento menor da classe média no pós-2010 se envolveu com o aparecimento de um novo eleitorado de esquerda que se aliou às críticas sociais dos liberais sobre o sistema.

Em 2022 na construção da campanha eleitoral da oposição, novos grupos de esquerda se organizaram junto aos segmentos sociais liberais-ambientalistas da oposição, liderados pelo prefeito de Budapeste Gergely Karácsony. Na disputa entre a oposição para lançar candidatos a todos os cargos nas eleições nacionais, Karácsony se retirou da disputa, permitindo que Péter Márki-Zay, prefeito conservador de uma cidade rural com uma antiga carreira de marketing na América do Norte, assumisse a liderança sobre a candidata social-democrata Klára Dobrev (esposa do ex-primeiro-ministro Ferenc Gyurcsány). Márki-Zay foi retratada pelos círculos liberais locais e internacionais como a candidata da oposição ética a Orbán, e contou com o apoio de especialistas neoliberais e capitalistas (como o ex-ministro neoliberal da economia, Gordon Bajnai) que têm apoiado as tentativas de restauração liberal desde 2010. Jobbik, o partido de extrema direita que antes se beneficiava politicamente das queixas sociais ao regime de Orbán,



foi contido e fragmentado pela divisão do Fidesz - dando espaço a um Jobbik desradicalizado, que se tornou um infeliz apoiador do Márki-Zay dentro da aliança de oposição - e ao partido Nossa Pátria, que carrega pautas da direita radical sem incluir seu aspecto social e manteve-se fora da coalizão de oposição. Neste processo, colaborações anteriores da oposição com grupos que expressavam reivindicações sociais foram, em grande parte, canceladas ou reduzidas à conversa fiada.

Nos últimos meses da campanha eleitoral de 2022, em um contexto cada vez mais tenso de crise pós-pandêmica e com a repentina eclosão da guerra na Ucrânia, a oposição liberal apoiou a integração euro atlântica e os livres mercados, reprimindo as pautas sociais. A penetração do Fidesz nas classes populares permaneceu o único esforço político significativo percebido entre aqueles que mais sofrem com a polarização social; este efeito foi reforçado por fortes mensagens enfatizando a segurança energética do país e mantendo o país fora dos esforços ocidentais de ajuda militar para a Ucrânia. Os resultados eleitorais representam a maioria absoluta da Fidesz, mais forte do que em 2018, e sugerem que o apoio popular às mensagens de segurança da Fidesz, é mais forte do que o apoio conseguido através da monopolização dos canais de comunicação e do uso de técnicas eleitorais.

No contexto das sanções contra a Rússia, da subsequente intensificação das tensões geopolíticas e de uma crise genérica após a pandemia, pode-se esperar que a recuperação pró-capital pós-2010 que constituiu a base operacional do regime de Orbán seja significativamente modificada. Com seu forte domínio sobre as infraestruturas econômicas e políticas nacionais, o Fidesz está bem posicionado para tentar controlar alguns aspectos dinâmicos da crise - sem ser capaz de conter a crise em si. No entanto, como as condições de acumulação de capital foram desfeitas, este controle pode dar-se somente através de mecanismos de opressão e disciplina.

## Conclusão

Em vez de abordar o *iliberalismo* húngaro pós-2010 como um caso de retrocesso democrático após a democratização pós-socialista, este ensaio analisou o atual regime húngaro no contexto das reconfigurações nas relações políticas, econômicas e geopolíticas internas e externas. Para compreender estas relações, enfatizamos a importância da posição da



Hungria como um país semiperiférico e como ela se integra na economia mundial, dados os ciclos hegemônicos do pós-Segunda Guerra Mundial. Mostramos que, após a Revolução de 1956, o socialismo estatal húngaro foi reconfigurado através de um compromisso de classe construído sobre um "modelo de ponte" que mediava o comércio ocidental e o Comecon.

Uma vez que o equilíbrio deste modelo foi desfeito na década de 1970, a Hungria assumiu uma dívida externa e promoveu a liberalização econômica. A aliança que se formou neste período entre gestores socialistas, socialistas reformistas, especialistas liberais e dissidentes do regime, doadores internacionais e *lobbies* capitalistas ocidentais, definiu o modelo de integração neoliberal pós-1989, que permaneceu dominante até o final dos anos 2000. O bloco de poder pós-socialista, que favorecia o capital nacional, permaneceu subjugado a uma posição econômica subordinada. Apesar de suas diferenças, tanto o bloco que favoreceu a integração ocidental quanto o bloco que favoreceu o capital nacional compartilharam o interesse de enfraquecer e dividir a auto-organização dos trabalhadores dentro do processo de democratização.

Quando o modelo neoliberal se esgotou no final dos anos 2000, o descontentamento popular foi aproveitado com sucesso pelo nacionalismo anti-neoliberal e conservador e foi canalizado para apoiar a vitória majoritária do partido Fidesz de Viktor Orbán. Após 2010, o novo regime conservador usou sua posição parlamentar majoritária para reorganizar e estabilizar a exploração capitalista. Ele impulsionou a formação de uma nova oligarquia apoiada pelo Estado e baseada na oferta de serviços domésticos e manteve e subsidiou o IED voltado para a exportação por multinacionais (principalmente alemãs do setor automotivo). Isto permitiu que o regime compensasse suas perdas decorrentes da crise com uma agressiva combinação de políticas industriais mercantilistas (mão-de-obra barata, deduções fiscais e um novo modelo educacional) e de novas fontes para o financiamento externo através de novos investimentos russos e chineses.

Ao invés de uma mudança de direção entre polos democráticos/autoritários ou Leste/Oeste, o regime iliberal representa uma adaptação e reorganização estatal de alianças capitalistas internas e externas, dentro de um contexto de reconfiguração geopolítica sob ciclos hegemônicos mutáveis. Tendo mobilizado o descontentamento popular com o modelo neoliberal de integração pós-socialista para solidificar seu poder estatal na fase inicial, o atual regime, desde então, intensificou e diversificou o grau e as formas que o capital estrangeiro e doméstico podem explorar a



mão-de-obra local. Isso impôs desafios à legitimação política do regime pelas organizações de extrema direita. Em resposta aos desafios, o regime tentou conter sua própria deslegitimação através da intensificação de táticas políticas de propaganda ideológica, baseando-as nos interesses da nova classe média que se beneficia das políticas do Fidesz, e de técnicas eleitorais que visam atingir os eleitores pobres e expatriados<sup>29</sup>.

A formação de uma coalizão composta por toda a oposição antes das eleições de 2022 havia suscitado esperanças de dismantlar a maioria absoluta do Fidesz, ou mesmo de alcançar a vitória eleitoral nas eleições nacionais. Estas esperanças se revelaram inúteis, pois o Fidesz está novamente embarcando em um governo de supermaioria, agora no contexto da deterioração das condições de acumulação, de instabilidade sistêmica externa e de tensões crescentes na esfera geopolítica, o que reduzirá significativamente o espaço de manobra do Fidesz, apesar de sua hegemonia interna baseada em um governo de maioria absoluta.

## Referências

- ARRIGHI, G. The Developmentalist Illusion: A Reconceptualization of the Semiperiphery. **Semiperipheral States in the World-Economy**. Greenwood Press, p. 11–42, 1999.
- BAN, C. **Ruling Ideas**: How Global Neoliberalism Goes Local. Oxford University Press, 2016.
- BECKER, J. Europe's Other Periphery. **New Left Review**, n. 57, v. 99, p. 39–64, 2016
- BELLO, W. Counterrevolutions: The Global Rise of the Far Right. **Agrarian Change & Peasant Studies**, 2019.
- BEREND, T. I. **Central and Eastern Europe, 1944–1993**: Detour from the Periphery to the Periphery. Cambridge University Press, 1996.
- BIDELEUX, R. The Comecon experiment. **European Integration and Disintegration**: East and West. Routledge, p.174–204, 1996.
- AGÊNCIA HÚNGARA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS. Disponível em: <https://hipa.hu/> - Acesso em 2022.

---

<sup>29</sup> O regime do Fidesz possibilitou que os húngaros fora da fronteira obtivessem a cidadania húngara e, em seguida, usou técnicas eleitorais intensivas para usar os votos deles em seu benefício.





- BOATCĂ, M. Semiperipheries in the World-System: Reflecting Eastern European and Latin American Experiences. **Journal of World-Systems Research**, n. 12, v.2, p. 321–346, 2006.
- BOHLE, D. Greskovits, B. **Capitalist Diversity on Europe's Periphery**. Cornell University Press, 2012.
- BÖRÖCZ, J. From Comprador State to Auctioneer State: Property Change, Realignment and Peripheralization in Post-State-Socialist Central and Eastern Europe. **States and Sovereignty in the Global Economy**. Routledge, p. 193–209, 1999.
- BRENNER, R. **The Economics of Global Turbulence: The Advanced Capitalist Economies from Long Boom to Long Downturn**, p. 1945–2005. Verso, 2006.
- BURAWOY, M. and Lukács, J. The Radiant Past. **Ideology and Reality in Hungary's Road to Capitalism**. University of Chicago Press, 1994.
- CARDOSO, F. H. Dependency and Development in Latin America. **New Left Review**, n. 1, v. 74, p. 83–95. 1972
- CHASE-DUNN, C. Socialist State in the Capitalist World Economy. **Social Problems**, n. 27, v.5, p.505–525, 1980
- DANCSIK, B. FÁBIÁN, G. FELLNER, Z. HORVÁTH, G. LANG, P. NAGY, G. WINKLER, S. Comprehensive analysis of the nonperforming household mortgage portfolio using micro-level data (No. Special Issue 2015). **MNB Occasional Papers**, 2015.
- FÁBRY, Á. **The Political Economy of Hungary: From State Capitalism to Authoritarian Neoliberalism**. Palgrave MacMillan, 2019.
- FRANK, A. G. Long Live Transideological Enterprise! Socialist Economies in the Capitalist International Division of Labor. **Review**, n. 1, v. 1, p. 91–140, 1977.
- GALASI, P. KERTESI, G. **Second economy, competition, inflation**. Acta Oeconomica., p. 269–293, 1985
- GAGYI, Á. Reform Economics at the Financial Research Institute in Late Socialist Hungary: A Case of Globally Embedded Knowledge Production. **Intersections: East European Journal of Society and Politics**, n. 1, v. 2, p. 59–79, 2015.
- \_\_\_\_\_. Coloniality of Power in East Central Europe: External Penetration as Internal Force in Post-Socialist Hungarian Politics. **Journal of World-Systems Research**, n. 22, v.2, p. 349–372, 2016.
- GAGYI, Á. GERŐCS, T. The Political Economy of Hungary's New 'Slave Law'. **criticatac.ro**, 2019. January 1. Available at:



<http://www.criticatac.ro/lefteast/the-political-economy-of-hungarys-new-slave-law/>, 2019.

- \_\_\_\_\_. **Dependent development under geopolitical reconfiguration:** Hungary's new geopolitics of indebtedness. *Globalizations*, 2022.
- GATES, L. Populism: A puzzle without (and for) World-Systems Analysis. *Journal of World-Systems Research*, n. 24, v. 2, p. 325–336, 2018.
- Gereffi, G. Evans, P. Transnational Corporations, Dependent Development, and State Policy in the Semiperiphery: A Comparison of Brazil and Mexico. *Latin American Research Review* 16: 31–64, 1981.
- Gerócs, T. Challenges of Internationalisation from the Perspective of the Chinese Currency. *Financial and Economic Review*, v. 16, n. 1, p. 170–185, 2017.
- \_\_\_\_\_. The Structural Dilemma of Value-Chain Upgrading: Hungarian Suppliers' Integration into the World Economy. *Society and Economy*, 44(1): 159–181, 2022.
- GERŐCS, T. PINKASZ, A. Conflicting Interests in the Comecon Integration: State Socialist Debates on East-West-South Relations. *East Central Europe*, n. 45m v. 2–3, p. 336–365, 2018a
- \_\_\_\_\_. Debt-Ridden Development on Europe's Eastern Periphery. *Global Inequalities in World-Systems Perspective: Theoretical Debates and Methodological Innovations*. Routledge: p. 131–153, 2018b.
- \_\_\_\_\_. Relocation, Standardization and Vertical Specialization: Core-Periphery Relations in the European Automotive Value Chain. *Society and Economy*, n. 41, v.2, p. 1–22, 2019.
- GILLE, Z. Is there a Global Postsocialist Condition? *Global Society*, n. 24, v.1, p. 9–30, 2010.
- GREGOR, A. Who is for sale? *The Future of the European Union: Feminist Perspectives from East-Central Europe*. Friedrich Ebert Stiftung, p. 9–20, 2019.
- GRESKOVITS, B. Rebuilding the Hungarian right through conquering civil society: The Civic Circles Movement. *East European Politics*, n. 36, v. 2, p. 247–266, 2020.
- GRÜBLER, J. (eds). Economic implications of the Belt and Road Initiative for CESEE and Austria. In: *WIIW Final Report*, May 2018.
- HALMAI, G. Possessed by the Spectre of Socialism: Nationalist Mobilization in "Transitional" Hungary. *Headlines of Nation, Subtexts of Class*.



- Working-Class Populism and the Return of the Repressed in Neoliberal Europe.** Oxford – New York: Berghahn Books: p. 113–141, 2011.
- HANEY, L. **Inventing the Needy.** Gender and the Politics of Welfare in Hungary. University of California Press, 2002.
- HANN, C. Cucumbers and courgettes: Rural workfare and the new double movement in Hungary. **Intersections: East European Journal of Society and Politics** n.2, p. 38–56, 2016.
- KRAUSZ, T (eds). **Rendszerváltás és társadalomkritika:** Tanulmányok a kelet-európai átalakulás történetéből. Budapest: Napvilág, 1998.
- KUMRAL, S. KARATASLI, S. Capitalism, labour and the global populist radical right. **Global Labour Journal**, n. 11, v.2, p.152–155, 2020.
- LÓRÁNT, K. **Magyarország külső eladósodása és annak következményei.** Manuscripto. 2010.
- MELEGH, A. **Counter Hegemony and the Rise of a New Historical Political Block.** transform! Europe. Available at: <https://www.transform-network.net/blog/article/counter-hegemony-and-the-rise-of-a-new-historical-political-block/>. 2018.
- MIHÁLYI, P. A privatizált vagyon visszaállamosítása Magyarországon 2010–2014. **Műhelytanulmányok** 7. MTA Közgazdaság- és Regionális Tudományi Kutatóközpont Közgazdaságtudományi Intézet, 2015.
- PELLANDINI-SIMÁNYI, L. VARGHA, Z. Spatializing the future: financial expectations, EU convergence and the Eastern European Forex mortgage crisis. **Economy and Society**, n. 47, v. 2, p. 280–312, 2018.
- POULANTZAS, N. Fascism and Dictatorship. **The Third International and the problem of fascism.** NLB, 1974.
- PÓSFAL, Z. **Reproducing Uneven Development on the Hungarian Housing Market.** Doctoral Dissertation, University of Szeged. Available at: [http://doktori.bibl.u-szeged.hu/9753/1/p%C3%B3sfai%20zs\\_phd%20final\\_2018.04.05..pdf](http://doktori.bibl.u-szeged.hu/9753/1/p%C3%B3sfai%20zs_phd%20final_2018.04.05..pdf), 2018.
- RODRIG, D. Populism and the economics of globalization. **Journal of International Business Policy**, n°1, v. 1, p. 12–33, 2018.
- SCHEIRING, G. **The Retreat of Liberal Democracy:** Authoritarian Capitalism and the Accumulative State in Hungary. Palgrave, 2020.
- SCHEIRING, G. SZOMBATI, K. From neoliberal disembedding to authoritarian re-embedding: The making of illiberal hegemony in Hungary. **International Sociology**, n. 35, v. 6, p.721–738, 2020.



- STARK, D. Recombinant Property in East European Capitalism. **American Journal of Sociology**, n; 101, v.4, p. 993–1027, 1996.
- SZABÓ, A. MIKECZ, D. After the Orbán-revolution: the awakening of civil society in Hungary. **Social Movements in Central and Eastern Europe: A Renewal of Protests and Democracy**. Bucharest: University of Bucharest, p. 34–43, 2015.
- SZELÉNYI, I. **Socialist Entrepreneurs: Embourgeoisement in Rural Hungary**. University of Wisconsin Press, 1988.
- SZOMBATI, K. **The Revolt of the Provinces: Anti-Gypsyism and Right-Wing Politics in Hungary**. Berghahn Books, 2018.
- THOMA, L. **A rendszerváltás és a szakszervezetek: 1988-1992: szociológiai-politológiai vázlatok**. Villányi úti Konferenciaközpont és Szabadegyetem Alapítvány, 1998.
- VIGVÁRI, A. GERŐCS, T. The Concept of ‘Peasant Embourgeoisement’ in the Perspective of Different Historical Conjunctures. **Studia UBB Sociologia**, n. 62, v.1, p; 65–84, 2018.
- VOSZKA, E. An Attempt at Crisis Management and the Failure of the Spontaneous Privatization. **Industrial & Environmental Crisis Quaterly**, n. 8, v. 1, p. 23-40, 1994.
- WALLERSTEIN, I. Semi-Peripheral Countries and the Contemporary World Crisis. **Theory and Society**, n. 3, v.4. p. 461–483, 1976.
- WEBBER, J. **The Crisis of the Capitalist State and the Democratic Socialist Response** – Latin-American left populist regimes. Paper delivered at the conference Democratic Socialism in Global Perspective, La Universidad Abierta de Recoleta – Wright-Havens Center. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=j3Kbd->, 2021.

*recebido em 03 mai. 2023 | aceite em 18 mai. 2023*

